

SENTIDO FORMATIVO DA UNIVERSIDADE

Goodlad (1995, p.4) insiste, com razão, na necessidade de diferenciar a “instituição” e as “funções” que ela cumpre (ou deveria cumprir), na medida em que as funções podem ser exercidas por muitas outras instituições. Da mesma forma que as instituições se consolidam como estruturas e formas de funcionamento relativamente estáveis, as funções constituem fenômenos sociais muito mais livres e variáveis.

Dessa maneira, a desigual evolução entre as funções e as instituições encarregadas de executá-las faz com que ocorram momentos de desajuste, os quais podem resultar em importantes modificações. Alguns autores atribuíram as mudanças acontecidas nas instituições de educação superior a essa dissonância entre as instituições e suas funções. Como as universidades têm um custo elevado e, além disso, são lentas em responder às novas demandas do mercado de trabalho, afirmou Woolbridge (1994, p.54-56),

surgiu um conjunto de agências e instituições muito mais ágeis que ofereceriam os mesmos serviços que as universidades oferecem, mas de uma forma melhor adaptada à realidade e mais acessível em termos de custo.

Em relação à universidade, são numerosas as funções que, como instituição social, se espera que desenvolva: ensino, pesquisa, administração dos recursos e do pessoal, dinamização social e cultural, apoio técnico e científico às empresas, consultoria social, serviço social e apoio às pessoas de baixa renda, estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais de pesquisa e formação, crítica social, etc. O Informe Universidade 2000 (Briccall, p.76-77) sintetiza essas funções em três partes: preservação e transmissão crítica do conhecimento, da cultura e dos valores sociais (função socializadora), revelação das capacidades individuais (função orientadora) e ampliação da base de conhecimentos da sociedade (função pesquisadora e de divulgadora cultural). Como se pode ver, são muitas expectativas e de diversos tipos. Connell (2000, p.4-13) amplia ainda mais esse campo. Situando a instituição universitária no complexo mundo atual, atribui-lhe quatro responsabilidades específicas:

- *Documentação*, o que implica manter sua natureza como arcano de conhecimentos de todo tipo. A universidade não só aparece como o *berço do saber*, mas também como centro de armazenamento desses saberes, aos quais se pode recorrer quando se desejar ou precisar.
- *Rede virtual de informação*, o que implica a utilização dos mais variados sistemas e suportes de comunicação, os quais permitem a maior distribuição possível do conhecimento, de maneira que possa chegar aos possíveis usuários, seja qual for sua localização geográfica, seja qual for a sua condição financeira.
- *Inovação*, de forma que as universidades se transformem em focos permanentes de progresso técnico e social. Nesse sentido, elas devem ser capazes de fazer render ao máximo a *autonomia* e a *disponibilidade de recursos*.
- *Crítica* sobre os usos e abusos do poder (em suas diversas manifestações e em diversos âmbitos) e/ou dos processos de perda de identidade individual e social.

Não farei uma análise de cada uma destas funções. Apenas esclarecerei o que este tópico supõe em relação à docência, isto é, refletirei, em

especial, sobre a *formação* como função básica da docência universitária: o que significa a formação nesse contexto e de que maneira essa concepção de formação afeta o desenvolvimento das atividades dos docentes na universidade.

Parece claro, e é bom começar reconhecendo isso, que, em relação aos *propósitos formativos*, a atual universidade oferece um marco notavelmente “discreto” e inconsistente. Que tipo de formação a universidade pode ou deve oferecer? Como se pode entender a própria idéia de formação aplicada ao contexto universitário? Nós, professores universitários, somos *formadores* (talvez até *educadores*), ou isso não passa de uma simples fantasia pedagógica? Enfim, sobre o que estamos falando quando afirmamos que a principal função da universidade é a *formação*?

Alguns dos pontos assinalados em tópicos anteriores têm estreita relação com o significado de formação: a integração das universidades no centro das dinâmicas sociais (principalmente no que se refere à sociedade do conhecimento e às novas demandas do sistema produtivo), o acesso de diferentes grupos sociais à educação superior, o prolongamento dos períodos formativos para além dos anos escolares e das aulas acadêmicas, etc. Em todas essas proposições, está subjacente uma revisão profunda do significado tradicional da formação e do desenvolvimento pessoal. Sem dúvida, o efeito do crescimento da exigência de formação nesse último século e a ampliação dos agentes encarregados de oferecê-la provocou profundas transformações em sua concepção e nas estratégias para seu desenvolvimento.

Hoje em dia, é cada vez menor o número de atividades que não necessitam de processos de formação específica para serem realizadas; por isso, a formação é cada vez mais necessária e profunda à medida que as atividades (profissionais, sociais e, inclusive, pessoais) tornam suas exigências mais complexas. Por isso, há muitas denominações dadas a esse momento histórico: sociedade da aprendizagem, sociedade da formação, formação contínua, etc. Essa presença universal do aspecto formativo e sua incorporação à dinâmica do dia-a-dia da vida das pessoas trouxeram consigo efeitos relevantes para a própria concepção da formação, para sua localização na estrutura social e para as suas estratégias de implementação. Como não poderia deixar de ser, também perturbou a concepção e a função a ser exercida pelas universidades e pelos demais agentes formativos nesse novo cenário.

Na cultura do final de século, não só a palavra por si mesma como também a consciência de que a formação é imprescindível, resultou na incorporação da educação superior ao planejamento de vida dos indivíduos.

Os jovens sabem que será difícil para eles encontrar uma ocupação profissional digna se não atingirem um bom nível de instrução. As famílias destinam uma parte importante de seu orçamento à formação. Os políticos começam a avaliar a formação como “investimento” em capital humano. Os trabalhadores têm consciência de que as condições de suas atividades profissionais estão mudando e que somente uma formação contínua irá capacitá-los para estarem atualizados e, assim, manterem-se como sujeitos competentes. Enfim, a problemática da formação transformou-se em algo constante e fundamental na definição de nossas vidas e no projeto da dinâmica social e profissional de nosso meio.

Essa avalanche de cobranças e exigências vindas de todas as frentes em direção à formação merece uma atenção cuidadosa para que seu significado original não acabe se diluindo em um conjunto de proposições vazias ou, pior ainda, alheias ao verdadeiro significado da formação, e é esse justamente o risco que corremos na universidade. Passamos nossos dias discutindo a formação, dedicamos nossa vida a oferecê-la a nossos alunos, sentimo-nos profissionais da educação superior, mas muito pouco refletimos detalhadamente sobre o que há por trás dessa palavra tão inclusiva e, às vezes, na prática, tão vazia.

Retomarei algumas das idéias já expostas em outros trabalhos, mas agora irei situá-las no marco do ensino na universidade e dos compromissos relativos à formação que tanto a instituição como nós mesmos assumimos.

Abordarei vários itens nesse tópico: significado e conteúdos da formação universitária; grandes dilemas que ela deve enfrentar no novo marco da “sociedade do conhecimento”; a formação como processo contínuo e o papel que tange às universidades desempenharem nesse novo contexto.

A visão que tenho de formação sofreu as influências de minha vivência no mundo da educação, mas é claro que existem muitos meios de abordar a problemática da formação hoje em dia: economista ou político, empresário e educador, todos têm perspectivas muito diferentes em relação ao significado e conteúdo da formação.

Uma visão “pedagógica” do tema da formação é, para alguns, extremamente ingênua e idealista. As necessidades da sociedade e do mercado de trabalho vão em outra direção e talvez seja certo que a *market ethos* esteja ganhando a batalha. Mesmo assim, é imprescindível revisar as atuais práticas formativas e buscar no âmbito pedagógico novas luzes que permitam iluminar esse cenário que é a universidade, cada vez mais rica em recursos, mas cada vez menos certa em relação ao significado do que nela se faz. Ainda que seja apenas para recuperar a tradição crítica da pedagogia e dos

pedagogos, é válido o esforço e o risco de ser tachado de inoportuno no atual desdobramento das iniciativas e dos discursos impregnados de prolixidade e hipérboles sobre a importância da formação.

Sentido da formação

O que é formação e o que promove a análise crítica das experiências formativas pode ser respondido por dois caminhos: a partir da “teoria da formação” e, mais especificamente, da teoria pedagógica da formação; e a partir da “teoria do trabalho” (embora, nesse caso, também seja pretensioso e, sem dúvida, incorreto falar sobre uma teoria do trabalho, pois há muitas formas de análise).

Discutir “formação” não costuma ser algo habitual nos estudos pedagógicos. Outros conceitos mais tradicionais foram utilizados para se reportar aos processos vinculados à aprendizagem. Os termos *educação* (para abarcar a visão mais ampla e compreensiva do progresso para a maturidade), *ensino* (para aludir aos processos institucionalizados de formação), *instrução* (para indicar as aprendizagens intelectuais ou acadêmicas), *treinamento* (para aludir à aquisição de habilidades práticas), entre outros, tiveram uma presença contínua e precisa no vocabulário pedagógico.

A referência à “formação” foi mais freqüente nos processos vinculados à formação profissional. Todavia, nem mesmo nesses casos se fez um grande esforço para elucidar o significado dessa denominação. Poderia se dizer que, em sua acepção mais habitual, ela remete a um processo de preparação, às vezes genérica, às vezes especializada, com a intenção de *capacitar* os indivíduos para a realização de certas atividades.

Na verdade, o que se constata é que se produziu um certo vazio de significado em relação à idéia de formação. Se analisamos os anúncios na imprensa, os informes ou as pesquisas, hoje em dia, qualquer coisa pode ser atribuída à categoria do aspecto formativo: de um curso universitário até um curso de fim de semana; de algo que implique uma mera informação sobre algum dispositivo novo até algo que ofereça uma transformação pessoal a seus destinatários. A formação é definida, em muitos casos, mais pelo que se ofertou ou pelo tipo de produto externo que se quer obter do que pelo efeito real que ela exercerá sobre as pessoas que se beneficiam dela.

Para a reflexão conjunta que se pretende, a grande questão ainda pendente em relação à formação é justamente esta: *o que a formação deve oportunizar aos sujeitos para que efetivamente possam denominá-la assim? Quando podemos dizer que alguém se formou como consequência da experiência ou*

do programa que lhe foi oferecido? Ou, dito de outro modo, que condições qualquer programa de formação (universitário ou não) deve reunir para ser, de fato, realmente formativo?

Este é um problema de importância singular, ao menos para quem se aproxima dos processos formativos com uma visão pedagógica. Nessa perspectiva, a idéia de formação pode ficar seriamente empobrecida se seu sentido se reduzir à mera aquisição de uma informação nova ou ao desenvolvimento de uma nova habilidade.

A importância da formação deriva, a meu ver, de sua necessária vinculação ao *crescimento e ao aperfeiçoamento das pessoas*, aperfeiçoamento que tem de ser entendido em um sentido global: crescer como pessoas. Levando isso ao extremo, torna-se desnecessário falar a respeito da contínua *formação* se não é sob a perspectiva de *crescer como pessoas*. Qual é o sentido de sermos profissionais cada vez mais informados e competentes se isso, ao mesmo tempo, não supõe nos aperfeiçoarmos como pessoas? Levando a questão a um limite absurdo, poderíamos falar sobre formação em um processo que prejudicará a nós mesmos ou a outras pessoas?

A formação, assim como os demais processos de intervenção pedagógica, faz parte do que Foucault denominava a “tecnologia do Eu”, ou seja, os processos deliberados que visam influenciar, direta ou indiretamente, as pessoas no que tange ao processo de construir a si mesmas. A qualidade dessa influência vem condicionada tanto pelo conteúdo da intervenção formativa como pela forma como esse processo ocorre.

A idéia de *aperfeiçoamento, de desenvolvimento pessoal*, entre outras costuma ser atribuída comumente ao conceito de *educação*. Dessa maneira, é possível estabelecer uma contraposição entre o que é *educação* (mais vinculada ao desenvolvimento pessoal, à aquisição de novas capacidades, à incorporação da cultura, etc.) e o que seria *formação* (algo muito mais pontual e funcional, direcionado à aquisição de habilidades específicas vinculadas, normalmente, ao mercado de trabalho).

Esta é a posição adotada, por exemplo, por Buckley e Caple (1991), para quem a *formação* relaciona-se com aprendizagens e experiências planejadas para “conseguir a atuação adequada em uma atividade ou em um conjunto de atividades”, enquanto a *educação* é vista como o processo destinado à “assimilação e ao desenvolvimento de conhecimentos, técnicas e valores” que conduziram a uma capacitação mais geral. A formação seria, na opinião deles, um processo mais mecânico, no qual se buscam aprendizagens uniformes por meio de práticas repetidas. É fácil ver o mercado de trabalho, com suas exigências de homogeneização, por trás dessa idéia de formação. A *educação*, por outro lado, aparece como um processo mais amplo,

menos padronizado e mais direcionado a atingir a dimensão pessoal dos indivíduos.

Como pedagogo, essa tentativa de separar educação e formação causa em mim um grande desalento, já que há o risco de mecanizar a formação, reduzindo-a a um processo puramente instrumental e adaptativo. Esta pode ser uma nova estratégia do sistema educacional para enfraquecer os indivíduos e, assim, acomodá-los cada vez mais às conveniências do meio profissional, social ou político. Enfim, a formação pode ser interpretada como algo que não resulta em desenvolvimento pessoal, ou como algo que mantém propósitos contrários a essa idéia (diminuir a capacidade crítica, reforçar os sistemas de adaptação, modelar os indivíduos conforme um pensamento heterogêneo).

Z12c Zabalza, Miguel A.
O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas / Miguel
A. Zabalza; trad. Ernani Rosa. – Porto Alegre : Artmed, 2004.

I. Educação – Ensino superior. I. Título.

CDU 378.1.37

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 85-363-0214-3